



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1018191-08.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Embargante: **Sipom Distribuidora de Brinquedos Ltda e outro**
 Embargado: **Banco Bradesco S/A**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

SIPOM DISTRIBUIDORA DE BRINQUEDOS LTDA e GIOVANI WEBSTER MASSIMINI apresentam embargos à execução contra **BANCO BRADESCO S/A**. Alegam, preliminarmente, que não há clareza no cálculo do débito. No mérito, argumentam que o embargado tem cobrado valores excessivos, inclusive com a atualização incorreta. Entende como indevida a cobrança de juros e encargos moratórios; de comissão de permanência; juros mensais; de tarifas por lançamento a débito; capitalização de juros remuneratórios de forma diária e multa de 2% sem previsão legal ou contratual. Por isso, entendem que não estão em mora, pedindo a exibição de documentos, a perícia contábil e outras provas, a repetição ou compensação dos valores indevidos e que seja revisto o contrato e suas cláusulas.

Acompanharam a peça inicial os documentos de fls. 28/103.

À fl. 104 os embargos foram recebidos em ambos os efeitos.

O banco-embargado impugnou os presentes embargos (fls. 107/124). Preliminarmente, alegou que não foi declarado o valor que os embargantes entendem como correto, conforme preconiza o art. 285-B do, até então, vigente Código de Processo Civil de 1973. Adentrando ao mérito, aduzem que o demonstrativo de débito é bastante claro; que as alegações são genéricas e que todas as cláusulas são aplicáveis e devidas.

Réplica às fls. 128/135.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgo o pedido imediatamente, na forma do art. 355, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, pois os elementos constantes dos autos são suficientes para tanto.

Consigno, ainda, que a perícia contábil é desnecessária, uma vez que para a solução da lide basta a interpretação das cláusulas do contrato à luz do direito positivo (TJSP, Ap. 1.351.114-5, 14ª Câmara de Direito Privado, Carlos Von Adamek, j. 06.10.06), motivo pelo qual fica indeferida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A economia processual recomenda, então, que primeiramente a questão jurídica - que independe de cálculos - seja solucionada com foros de definitividade; oportunamente, após o trânsito em julgado da sentença, e caso surja alguma polêmica sobre a memória de cálculo que o credor venha a apresentar, aí sim, será adequado exame pericial para apurar se há ou não excesso de execução.

Pois bem, a cédula de crédito bancário, desde que atendidos os requisitos do art. 28, da Lei nº 10.931/04, é título executivo que satisfaz os requisitos da liquidez e certeza, consoante se extrai da própria lei e confirmado pelo STJ no recurso repetitivo REsp 1291575/PR, j. 14/08/2013.

Quanto à hipótese dos autos, ao contrário do alegado pelos embargantes, observamos nos autos da execução que a petição inicial foi instruída não só com a cédula de crédito bancário (fls. 8/12), como também com extrato da conta (fls. 15/28), e planilha de cálculo (fl. 33) que evidenciam, de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e critérios de incidência, a parcela de atualização monetária, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais, tudo até a data do cálculo e, por fim, o valor total da dívida.

Sobre os juros remuneratórios, o art. 28, § 1º, I da Lei nº 10.931/04, expressamente autoriza a capitalização no caso da cédula de crédito bancário.

Os juros remuneratórios, nos contratos bancários, podem ser superiores a 12% ao ano, conforme disposto nas Súmulas nº 648 e 596, e na Súmula Vinculante nº 07, todas do STF, não havendo, portanto, norma constitucional ou legal que limite a taxa de juros remuneratórios em relação às instituições que integram o sistema financeiro nacional.

No mesmo sentido a jurisprudência do STJ, confirmada no Resp nº 106.530/RS, j. 22/10/2008, precedente de suma importância porque processado em consonância com a disciplina dos temas repetitivos.

Quanto à alegação de cumulação indevida de comissão de permanência com outros encargos moratórios, sem razão os embargantes porquanto, examinadas as cláusulas do contrato especificamente em discussão nos autos, vemos que para o período de inadimplência não há a previsão de cobrança de comissão de permanência (confira-se fl. 10 dos autos principais), assim como o extrato e a memória de cálculo também não indicam que houve a sua aplicação.

Sobre a multa de 2%, está prevista no contrato (fl. 10 da execução), tópico 4, b.3.

A multa pode ser cumulada com os juros moratórios; são institutos que exercem funções distintas e a lei autoriza esse proceder.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Como não se constatarem encargos abusivos no período de adimplemento, então houve efetivamente a mora, e os encargos de inadimplência foram cobrados de modo justificado.

Ante o exposto, rejeito os presentes embargos.

Condeno os embargantes nas custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa (atualizado), a serem acrescidos no montante em execução nos autos principais.

P.R.I.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

São Carlos, 19 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**